



Revista Anual del Centro de
Investigaciones en Estudios
Latinoamericanos para el Desarrollo y
la Integración



Universidad de Buenos Aires
Facultad de Ciencias Económicas



A corrida pelo que resta e os movimentos migratórios: o caso do Peru e da indústria mineira chinesa de cobre

Autor(es): *Brandão Martins, Fernanda*

Fuente: Latitud Sur N° 18, Vol. 1, Año 2023. UBA-FCE, CEINLADI. (En línea) ISSN 2683-9326.

Publicado por: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Económicas. Centro de Investigación en Estudios Latinoamericanos para el Desarrollo y la Integración (CEINLADI). *Las opiniones y el contenido vertido en este trabajo son responsabilidad exclusiva del autor.*

Vínculo: <https://ojs.econ.uba.ar/index.php/LATSUR/index>



Esta revista está protegida bajo una licencia *Creative Commons Attribution-NonCommercialNoDerivatives 4.0 International*.

Copia de la licencia: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.



Latitud Sur es una revista académica anual editada por el Centro de Investigaciones en Estudios Latinoamericanos para el Desarrollo y la Integración (CEINLADI) perteneciente a la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires.

A CORRIDA PELO QUE RESTA E OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: O CASO DO PERU E DA INDÚSTRIA MINEIRA CHINESA DE COBRE¹

Fernanda Brandão Martins²

FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE RIO (BRASIL)

Resumo

A disputa pelo acesso a recursos naturais estratégicos é uma constante da política internacional. Esse artigo tem como objetivo analisar a atuação chinesa no Peru e seus impactos sobre movimentos migratórios domésticos, especificamente sobre o deslocamento de populações indígenas. Para tanto, parte-se da discussão da disputa por recursos estratégicos a partir da geopolítica.

Palavras-Chave

China – Peru – Geopolítica – Migrações – Recursos

THE RACE FOR WHAT'S LEFT AND MIGRATION MOVEMENTS: THE CASE OF PERU AND THE CHINESE COPPER MINING INDUSTRY

Abstract

The dispute for access to strategic natural resources is one of the constant elements of international politics. This paper analyzes the Chinese presence in Peru and the resulting impacts on Peruvian migration movements, especially the dislocation of indigenous people. From the perspective of resource geopolitics, we analyze how the Chinese presence in Peru has affected domestic migration movements.

Keywords

China – Peru – Geopolitics – Migration – Resources

Introdução

A presença da República Popular da China por meio de seus investimentos e parcerias comerciais é cada vez mais notável na América do Sul. Os últimos anos têm sido de grande crescimento do Investimento Externo Direto (IED) chinês na região, cerca de US\$12 bilhões

¹ Fecha de recepción: 19/01/24. Fecha de aceptación: 12/02/24.

² Doutora em Relações Internacionais e pesquisadora do Laboratório de Estudos da Ásia (PPGRI-UERJ) e coordenadora do curso de Relações Internacionais da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

em 2022, muitas vezes aliado à presença de empresas chinesas, tornando a China o principal parceiro econômico de diversos países sul-americanos (Roy, 2023). O interesse do gigante asiático na América do Sul não é apenas em relação ao acesso aos mercados, mas também acesso às matérias primas produzidas e exportadas pelos países da região, que são em grande parte, exportadores de produtos primários como petróleo, bens agrícolas e minérios (Congressional Research Service, 2023). A China, consumidora voraz desses produtos, tem interesse em assegurar acesso às reservas de petróleo da região a fim de garantir a segurança energética do país, garantir acesso aos produtos agrícolas a fim de manter a segurança alimentar de sua população e acesso a minérios que são fundamentais para a produção de bens manufaturados e de alta tecnologia e para construção de infraestrutura no país e em seus parceiros.

A busca chinesa por recursos naturais se insere no contexto global de “corrida pelo que resta”. A expressão cunhada por Michael T. Klare (2012) aponta para a exploração de recursos naturais que chegou à última fronteira de reservas conhecidas desses recursos em termos globais. Nesse contexto, assegurar acesso a recursos estratégicos como recursos minerais e energéticos se torna um elemento fundamental para garantir a continuidade do desenvolvimento da economia e, conseqüentemente, das capacidades de poder das grandes potências. A China, como potência em ascensão, tem ainda mais urgência em assegurar acesso a esses recursos. A aproximação da China com a América do Sul está relacionada de forma profunda com a necessidade chinesa pelos recursos estratégicos que o continente tem para oferecer.

O caminho da China na América Latina é marcado pela sede dos países da região por investimentos e por maior independência em relação à potência hegemônica, os Estados Unidos. A oferta de investimento e de relações comerciais sem a imposição de condicionalidades ou de interferência nos assuntos internos aproxima os países da América do Sul da China. Contudo, esse processo tem sido marcado também por algum grau de resistência. Há preocupação dos governos da região em criar uma dependência econômica profunda em relação à China, além de preocupações relacionadas à compra massiva de terras e os impactos ambientais que a exploração de recursos naturais por empresas chinesas possa ter. Há, também em alguns casos, instâncias de conflito com as populações locais, principalmente relacionadas à questão ambiental e a questões sociais. A diferença cultural entre a China e os demais países sul-americanos fica evidente na dinâmica entre trabalhadores locais e empresas chinesas, mas também entre as empresas chinesas e as populações indígenas. As empresas chinesas, porém, têm buscado se adaptar às demandas locais nos países onde se instalam na região, inclusive em relação ao respeito aos direitos e demandas das populações indígenas.

Nesse sentido, esse breve artigo analisa o caso da indústria mineira no Peru, a presença da China nela e os movimentos migratórios forçados de populações indígenas derivados desse processo. Primeiro disserta-se sobre a relevância da China para as economias da América do Sul, principalmente o Peru. O artigo faz um breve estudo de caso da presença chinesa no setor mineiro peruano, particularmente na exploração de cobre, buscando identificar os impactos da atuação das empresas chinesas sobre o deslocamento de populações, sobretudo indígenas, no país. Esse estudo é apresentado na seção seguinte onde são expostos os investimentos chineses em minas de cobre no Peru e os problemas enfrentados por cada um dos projetos. A análise é feita a partir do contexto marcado pela “corrida pelo que resta” em

termos de recursos naturais e o esforço da China, como nação em desenvolvimento, em assegurar acesso a esses recursos. As conclusões são apresentadas no fim.

A corrida pelo que resta e a sede por recursos da China

Em seu livro “*The Race for What’s Left*”, Michael T. Klare (2012) desenvolve o significado da expressão que dá nome ao livro e explora seus impactos sobre a dinâmica geopolítica global. A expressão “corrida pelo que resta” se refere à mudança da fronteira de exploração dos recursos naturais para a última fronteira conhecida, o que significa que após essa fronteira não há outras áreas para a expansão da exploração desses recursos (Klare, 2012).

Esse deslocamento da fronteira de exploração tem sido marcado pela necessidade de extração de recursos em áreas de grande risco econômico, político e ambiental. Algumas das novas fronteiras de recursos naturais só podem ser exploradas mediante inovação tecnológica que permita o acesso a esses recursos dada a dificuldade de acesso a eles (o gás e o petróleo de xisto, por exemplo). Já outros espaços se tornaram exploráveis como resultado de alterações ambientais decorrentes das mudanças climáticas, como o acesso ao Ártico em decorrência do derretimento das geleiras e um período maior de clima mais ameno nessa região por causa do aquecimento global (Klare, 2012). Já outros locais são marcados por conflitos sociais e políticos, o que até o momento muitas vezes removia o incentivo para a exploração, agora não é mais suficiente para deter o interesse externo, principalmente de empresas sediadas nas principais economias do mundo.

A dificuldade de exploração por fatores variados fez dessa a última fronteira conhecida de recursos. Assim, a tendência para as próximas décadas é que esses espaços se tornem o epicentro da atividade exploradora acarretando custos e riscos maiores do que se havia até então. A importância estratégica dos recursos minerais e energéticos localizados nessa última fronteira ainda acresce um elemento de disputa entre as principais potências para assegurar acesso a esses recursos. A expansão e projeção do poder militar das grandes potências é dependente de recursos energéticos como petróleo e gás natural, os novos desenvolvimentos tecnológicos (tanto de uso militar quanto civil) são dependentes de recursos minerais como cobre, lítio, entre outros, de forma que a continuidade do desenvolvimento das capacidades de poder econômicas e militares desses países é diretamente dependente ao acesso a esses recursos (Klare, 2012).

Para a América Latina, a corrida pelo que resta apresenta um desafio particular: o deslocamento de populações indígenas de áreas e reservas destinadas a estes povos. O conceito de Klare aborda principalmente o acesso a recursos localizados em territórios de difícil acesso seja por questões geográficas ou políticas. Contudo, a escassez de recursos e o aumento da demanda por certos minérios, por exemplo, tem levado também a exploração de recursos em reservas e regiões ocupadas por povos indígenas que são deslocados para a utilização de suas terras para atividades mineradoras ou agropecuárias, as últimas terras destinadas a esses povos. Essa é uma questão que desponta de forma singular na América Latina, e especialmente no Peru. O deslocamento de povos indígenas para favorecer a indústria extrativista ou agropecuária é um problema que se torna cada vez mais importante e pode se tornar fonte de distúrbios e conflitos sociais e políticos trazendo instabilidade para a região. O problema é agravado, dada a dependência das economias sul-americanas das

potências dominantes, principalmente os Estados Unidos, e de uma dependência crescente em relação à China. Já existem relatórios da ONU que apontam para o impacto negativo de investimentos chineses no continente sobre as populações indígenas, principalmente investimentos relacionados a infraestrutura (Roy, 2023).

A China na América do Sul: comércio e investimento

Desde o início dos anos 2000, a China tem buscado aumentar seus laços econômicos e políticos com a América do Sul (Polga-Hecimovich, 2022). O interesse principal da China nessa região está relacionado ao acesso a matérias-primas, item de destaque na pauta exportadora dos países da região, e a abertura do mercado desses países para bens chineses manufaturados (Roy, 2023). Além disso, a região tem se tornado importante destino de investimentos chineses que tem como objetivo solidificar o acesso aos recursos naturais necessários para a continuidade do desenvolvimento e crescimento da economia do país. A China tem uma alta demanda por commodities e produtos primários a fim de sustentar a continuidade da atividade econômica industrial e o desenvolvimento de novas tecnologias que garantem a continuidade do seu crescimento econômico. Já, os países da América do Sul, são em sua maioria exportadores de commodities e veem na China a oportunidade de diversificar parceiros e reduzir sua dependência em relação aos Estados Unidos e aos países europeus. Hoje a China é a principal ou segunda principal parceira comercial do Brasil, da Argentina, do Chile, do Paraguai, do Uruguai, do Peru, da Bolívia e da Venezuela (Polga-Hecimovich, 2022). Entre 2000 e 2021, o comércio da China com a América Latina cresceu de US\$12 bilhões para mais de US\$430 bilhões (Polga-Hecimovich, 2022).

A China é o principal parceiro comercial da América do Sul e corresponde a 25% do comércio de bens da região e desde 2010 ocupa a posição de terceiro maior investidor da América Latina (Jennings, 2023; Raza & Grohs, 2022; Roy, 2023). O Brasil, o Uruguai, o Peru e o Equador já têm a China como principal parceiro comercial enquanto em outros países ainda ocupa a posição de segundo maior parceiro comercial (Congressional Research Service, 2023). O Brasil e o Peru se destacam como os principais receptores de investimentos chineses na região da América Latina e do Caribe, correspondendo respectivamente a 44% e 17% dos investimentos chineses na região (Congressional Research Service, 2023).

Países como a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Uruguai, o Peru e o Equador já aderiram à Iniciativa Cinturão e Rota da Seda, o que tem o potencial de aumentar ainda mais o fluxo de Investimento Externo Direto (IED) chinês no continente, principalmente em projetos relacionados à infraestrutura, majoritariamente em transporte, energia e telecomunicações (Roy, 2023). Transporte e energia se destacam como setores que absorvem a maior do IED chinês para a região correspondendo respectivamente a 30% e 50% dos investimentos chineses na América do Sul (Congressional Research Service, 2023).

As relações comerciais da China com o Peru seguem a mesma tendência dos demais países da região com foco, principalmente, em grãos e minérios (ITC Market Analysis, 2023). As relações sino-peruanas são antigas e datam dos anos 1800 quando migrantes chineses se instalaram no país para trabalhar como servos contratados. Hoje o Peru é o país com mais chineses na América Latina. Parte da presença de chineses no país é explicada pelo IED do

país asiático no Peru, que leva da China parte dos trabalhadores das empresas que se instalam ali.

A China é o maior importador mundial de minérios como cobre, sendo consumidora de metade do cobre refinado produzido mundialmente (Barria, 2018). Nesse sentido, destacam-se as relações da China com o Peru como importante fonte de minérios para o país. O Peru é o principal exportador da América Latina de chumbo, ouro, prata, telúrio, estanho e zinco, e o segundo produtor regional de cobre (Kotschwar et al., 2011). Atualmente, a China é o principal consumidor de minério oriundo de minas peruanas, e há presença de empresas chinesas no país envolvidas na exploração mineral. A China é hoje o maior parceiro comercial do Peru.

O cobre representa cerca de 10% do PIB peruano e as atividades relacionadas a exploração desse minério 4% representam 4% do PIB, cerca de 60% das exportações peruanas são de minério, sendo o cobre o mais importante deles, revelando a importância da atividade mineradora para a economia do país (Morin et al., 2022). No início da década de 2010, o Peru já era o quarto principal destino mundial e o segundo principal destino regional de investimentos chineses no setor de mineração (Kotschwar et al., 2011). Em 2022, a China já havia assumido a posição de principal investidor no setor de mineração peruana e hoje controla 7 das maiores minas do Peru, 100% da produção de minério de ferro e 25% da produção de cobre do país (Foreign Affairs Committee Republicans, 2022).

O Peru é um dos únicos países da região que possui um acordo de livre comércio com a China desde 2009. A assinatura desse acordo revela a importância das relações comerciais com a China para o Peru. Porém, o Peru também possui tratados de livre comércio com os Estados Unidos e participou das negociações do TPP, ou Parceria Trans-pacífica. A participação no TPP, que se tornou o CPTPP depois da saída dos EUA do acordo, mostra o interesse peruano em se aproximar da região de maior dinamismo da economia mundial no contexto global, a Ásia, a fim de estreitar laços econômicos e diversificar seus parceiros comerciais.

A assinatura de tratados de livre comércio do Peru com países como a China, os EUA, e outras grandes potências por vezes entra em conflito com os interesses das populações indígenas do país. Por exemplo, em 2007, após a assinatura do tratado de livre comércio com os Estados Unidos, foram promulgadas leis que facilitavam o acesso de investidores estrangeiros a terras de propriedade indígena para a exploração de recursos naturais levando as lideranças dessas comunidades a se oporem e demandarem que os povos indígenas fossem consultados sobre decretos e leis que impactam diretamente em suas comunidades e nas terras que habitam (Aylwin, 2016). Comunidades indígenas da região da Amazônia se mobilizaram e protestaram contra a continuidade de tais leis. Por exemplo, os povos Awajún e Wampis da região de Bagua, na fronteira com o Equador, onde o governo planejava reduzir a área do parque nacional de Ichigkat Muja para beneficiar a exploração de minérios nas Montanhas do Condor (Aylwin, 2016).

Tais acordos geralmente são celebrados sem consideração aos interesses e direitos aos povos indígenas e acabam resultando em infração de artigos da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU (2007) e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), tratados dos quais a maior parte dos países da América do Sul são signatários, resultando em denúncias de observadores dessas organizações (Puig, 2010). A Convenção 169 da OIT busca promover o respeito pela cultura

(modos de vida, instituições e tradições) dos povos indígenas, além de incluir a questão dos direitos especiais dos povos indígenas em relação à terra que prove seu sustento (Puig, 2010). Em uma convenção continental de povos nativos realizada em Puno, Peru, em 2009, as lideranças indígenas se posicionaram contrárias aos acordos de livre comércio celebrados com os Estados Unidos, a China e a União Europeia, no sentido em que visam à exploração e subjugação dos povos indígenas e à exploração da Mãe Terra (*Pachamama*) (Aylwin, 2016). Em 2011, o governo peruano criou a lei da “Consulta Prévia”, onde populações indígenas teriam direito a um voto (não-vinculante) na aprovação de projetos que pudessem afetar suas comunidades (Flannery, 2013).

Contudo, essas mudanças na legislação não foram suficientes para proteger as populações indígenas e suas terras de interesses econômicos estrangeiros de forma efetiva. Não são apenas os acordos de livre comércio que geram tensão em relação aos interesses das populações indígenas. O aumento dos investimentos chineses no Peru e da presença de empresas chinesas no país são motivos de atrito com essas populações e causa de deslocamento das mesmas de suas terras ancestrais.

Investimento Externo Direto Chinês no Peru: o caso da indústria mineira de cobre

A aproximação econômica entre a China e o Peru, principalmente o aumento do investimento chinês em projetos de mineração, representou um aumento da presença de empresas chinesas em território peruano. A perspectiva é de que esses investimentos continuem uma trajetória ascendente diante da demanda chinesa pelos minérios produzidos pelo país. Em 2017, a China já representava 35% do investimento na indústria mineira no Peru (La República, 2017). Até 2021, a China já havia investido cerca de US\$ 10,4 bilhões na indústria mineira peruana (Foreign Affairs Committee Republicans, 2022).

Por possuir portos no Oceano Pacífico, a localização do Peru facilita a exportação dos minérios para a China. Nesse sentido, o país também se tornou importante porta de saída de bens da América do Sul rumo à potência asiática o que culminou no projeto de criar uma ferrovia que iria do Brasil até o Peru a fim de facilitar o escoamento dos produtos da região para a China. Tal projeto, porém, tem sofrido grande oposição por governos dos diferentes países pelos quais a ferrovia passaria. Até hoje, o projeto continua sem perspectivas de ser realizado. O investimento em infraestrutura como rodovias e ferrovias que conectam as minas de cobre aos portos também são parte de alguns acordos de investimentos da China no Peru, como na mina de Rio Blanco (Morin et al., 2022).

O primeiro grande investimento chinês no setor mineiro no Peru foi, em 1992, a compra da estatal Hierro Peru pelo Shougang Group, marcado por controvérsias relacionadas à oferta chinesa supervalorizada pela companhia (14 vezes maior que de outras empresas) entre outras questões. Em 2008, a empresa Chinalco (*Aluminum Corporation of China*) adquiriu a mina de Tomorocho por US\$ 2,2 bilhões. Em 2010, o grupo de empresas chinesas Minmetals, Chinalco, Shougang e Zijing Mining anunciou que US\$ 7 bilhões seriam investidos na mineração peruana até 2017 (Flannery, 2013). Hoje a China possui cinco grandes projetos de investimento na exploração de cobre do Peru, dois desses projetos encontram-se paralisados por causa de conflitos com a população local ou por falta de cumprimento de normas ambientais (Morin et al., 2022). Os projetos em operação são: a mina de Toromocho, a mina

de Las Bambas, explorada pela MMG, e a mina de Don Javier, explorada pela Junefield Mineral Resources Holdings Limited, empresa de capital chinês. A mina de El Galeno, comprada pela Minmetals em 2009, e a mina de Rio Blanco, adquirida em 2007 pela Zijin Mining Group, se encontram com os projetos de exploração atrasados. A primeira por falta de apresentação de um plano ambiental pela empresa chinesa e a segunda por uma série de conflitos com a população local por direitos de propriedade e os impactos ambientais que a exploração da mina teria (Morin et al., 2022). O interesse da China na exploração mineira no Peru não se restringe ao cobre, mas se estende ao zinco, minério de ferro e outros minerais. O Peru é o país com a terceira maior reserva de zinco que é uma importante matéria-prima na produção de aço inoxidável.

Las bambas é a maior mina de cobre do Peru e foi adquirida pela China Minmetals, dona da MMG, em 2014 por US\$ 5,85 bilhões. A mina fica na região sudeste do país em Apurimac e representa um terço das exportações peruanas de cobre. Outros projetos que contam com investimento chinês são Pampa del Pongo (Arequipa), Galeno (Cajamarca), Don Javier (Arequipa), Explotación de Relaves (Ica) e Río Blanco (Piura). Em 2018, a China anunciou a intenção de investir 10 bilhões de dólares no Peru até 2021, incluindo o setor mineiro (Gestión, 2018). A perspectiva é que o investimento chinês continue aumentando no setor de exploração de cobre do país.

A presença desses projetos é motivo para o aumento de tensões domésticas no Peru, principalmente em relação às populações indígenas, uma vez que as minas peruanas estão, em sua maioria, situadas em seus territórios e áreas de população de baixa renda. Os conflitos com essas populações geralmente giram em torno de questões ambientais e violações trabalhistas (Armony & Hearn, 2017). Por exemplo, o projeto da empresa chinesa Lumina Copper em Cajamarca (que envolve cerca de US\$ 2,5 bilhões em investimentos) foi paralisado após protestos e resistência da população local (Flannery, 2013).

A relação do Shougang Group, empresa que adquiriu a Hierro Peru, com a população local evidencia os problemas que geralmente surgem em projetos de investimento chinês no Peru. A empresa passou a ser vista de forma negativa por não realizar o compromisso de investir US\$ 150 milhões na comunidade local em três anos após a aquisição das minas (investindo apenas US\$ 34 milhões e pagando uma multa de US\$14 milhões), por demitir parte da mão de obra local e trazer trabalhadores chineses, além de problemas relacionados a violação de direitos trabalhistas e questões ambientais (Kotschwar et al., 2011).

A Chinalco, empresa chinesa de alumínio, enfrentou dilemas semelhantes, mas tem buscado estabelecer diálogo com a população local e promovido estudos de impacto ambiental a fim de evitar os mesmos problemas que a Shougang teve (Kotschwar et al., 2011). Todavia, a empresa enfrentou atritos com a população local no distrito de Morococha no Peru envolvendo o realojamento de 5000 residentes (Flannery, 2013), ocasião em que ofereceu uma compensação financeira aos deslocados (Kotschwar et al., 2011).

O crescimento do investimento chinês no Peru tem caminhado junto com o aumento de conflitos sociais e ambientais. A questão ambiental é um problema recorrente na atuação de empresas chinesas não apenas no Peru mas em outros países da América Latina: há casos de contaminação de rios por produtos químicos como na mina de Toromocho e o nivelamento de montanhas associado à extrema exploração dos recursos minerais, por exemplo. Outro problema, é a resistência de populações campesinas e indígenas em relação a esses grandes

projetos mineiros que envolvem muitas vezes seu deslocamento ou a piora das condições ambientais lhes afetando diretamente.

A questão das populações indígenas e suas reivindicações em relação aos impactos da atividade mineradora em suas terras se apresenta como um desafio para a atuação de empresas chinesas na região. A resistência, por sua vez, não pode ser entendida como resultante da prevalência de um sentimento anti-chinês, mas da preocupação dos impactos desses projetos sobre as populações locais, suas terras e o meio ambiente, uma preocupação que resulta da tradição cultural e religiosa local onde a Mãe Terra (*Pachamama*) é figura central.

A atuação chinesa no setor mineiro no Peru é auto interessada e pautada nos costumes e práticas das empresas chinesas sem consideração, muitas vezes, pelos costumes e normas locais. A questão dos povos indígenas é delicada e esbarra no pragmatismo chinês que não tem por costume negociar com as populações locais uma vez acordados os investimentos com o governo e as empresas em questão. Apesar disso, a China tem buscado se mostrar como uma potência responsável que busca seguir as normas e regras internacionais. Ademais, a China busca se diferenciar de outras grandes potências como um “bom” parceiro econômico. Nesse sentido, é possível observar a tentativa de adaptação das empresas chinesas às questões locais, como a necessidade de envolvimento com a comunidade e negociação com as populações indígenas, o que não significa que novas tensões e conflitos não surgirão entre os interesses dessas empresas e os interesses dessas populações.

A postura das empresas chinesa costuma ser de não-intervenção nas questões domésticas de seus parceiros comerciais, condizente com a postura pragmática e não intervencionista do país nas suas relações exteriores, deixando assim, a questão com os povos indígenas para serem tratadas nos âmbitos dos governos domésticos sem interferências diretas. Contudo, a pressão sobre esses governos se manifesta através da importante oportunidade que a China oferece em termos de comércio e investimento, atratividade que é aumentada pela condição de desenvolvimento desses países que demandam investimentos não apenas no desenvolvimento de indústrias locais mas de infraestrutura também, outro importante braço de atuação da China no Peru.

Os protestos de grupos indígenas são vistos como risco à atividade mineradora no Peru (Flannery, 2013). Assim, o desafio do governo do país é equilibrar as demandas das populações indígenas ao mesmo tempo que busca estreitar as relações econômicas com a China. Cabe ressaltar que os dilemas apresentados não se aplicam somente à presença de empresas chinesas no Peru. Essas questões também se aplicam à presença de empresas estadunidenses e europeias. A escolha da China para este estudo é justificada pela tendência de aumento da relevância do país como parceiro econômico do Peru e demais países da região latino-americana em detrimento dos EUA e da Europa.

O governo chinês reconhece que a atuação das suas empresas em território estrangeiro, marcada por sucessivos desrespeito a regulações e em conflito com as demandas das populações locais, são uma forma de propaganda negativa sobre o país e da reputação das empresas chinesas (Wang & Gao, 2018). Pequim tem buscado incentivar as empresas nacionais para que atentem ao cumprimento das leis e normas locais dos países em que pretendem investir. Nesse sentido, foi publicado no dia 18 de dezembro de 2017 o Código de Conduta para Investimento Externo por Empresas Privadas, buscando fazer com que essas

empresas aprimorem o processo de gerenciamento interno, observem exigências legais domesticamente e internacionalmente, cumpram suas responsabilidades sociais, atuem na proteção do meio-ambiente e fortaleçam o gerenciamento de risco no exterior (Wang & Gao, 2018).

Impactos sobre deslocamento de populações no Peru

Como mencionado anteriormente, a assinatura de um tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos levou à reformulação de leis no Peru que reduziam territórios designados como reservas indígenas para facilitar a exploração dessas terras. A presença de povos nativos em áreas ricas em recursos minerais tem tornado essas populações os principais alvos de deslocamentos para exploração desses recursos. Essa tendência se estende pelos demais países da América do Sul onde diversas áreas designadas como reservas indígenas se apresentam como importantes fontes potenciais de recursos minerais.

A instalação e expansão das minas exploradas por empresas chinesas em território peruano tem envolvido o deslocamento de populações locais, especialmente populações indígenas de seus territórios. Esse processo tem sido marcado pela concessão de pagamentos e compensações por parte das empresas às populações deslocadas, além de promessas de emprego e de investimentos no desenvolvimento da região. Contudo, tais medidas muitas vezes não são suficientes para atender às necessidades da população removida e nem sempre as empresas cumprem todos os compromissos que foram firmados no momento da compra do território para exploração. Assim, esses deslocamentos causados pela expansão da atividade exploradora mineira têm criado problemas e instabilidades sociais no Peru, que se encontra entre a tensão de atender as demandas das populações indígenas e os ganhos econômicos que investimentos estrangeiros, sobretudo chineses no setor de mineração, podem trazer ao país.

No caso da mina de Las Bambas, a população removida foi instalada na cidade planejada de Fuerabamba, além de terem recebido compensações que totalizaram US\$300 milhões (Reuters, 2023). Desde que Las Bambas foi comprada pela MMG de capital chinês, a mina tem sido alvo de protestos das populações locais praticamente todos os anos. A população de Fuerabamba se encontra insatisfeita com o acordo estabelecido entre a empresa e a população local e tem feito protestos recorrentes para a retomada das “terras ancestrais” que antes ocupavam. Em 2023, a população de Fuerabamba e de Huancuire fizeram diversos protestos que suspenderam o funcionamento da mina por vários dias. A população de Huancuire protesta contra a expansão da mina que levaria ao deslocamento dessas pessoas de suas terras. Há, também, famílias que se instalaram no território adjacente à mina construindo casas de adobe e currais para gado próximo a abertura da cratera da mina no intuito de retomar a terra dos seus ancestrais (Reuters, 2023). Já a mina de Rio Blanco ainda não entrou em funcionamento pois questões relacionadas ao realojamento da população ainda não foram resolvidas e os povos indígenas da região ainda reclamam direitos de posse sobre a terra em que a mina será instalada (Morin et al., 2022).

Em alguns casos, mesmo que a população não seja removida, há necessidade de deslocamentos forçados por motivo da deterioração das questões ambientais. O tipo de exploração do cobre no Peru é de minas abertas em que o minério é explorado através da

abertura de crateras a fim de extrair o metal que se encontra na superfície e não através de túneis subterrâneos. Esse tipo de exploração é, geralmente, acompanhado por problemas ambientais como a criação de barragens de rejeitos que podem ser tóxicos e contaminar lençóis freáticos, rios e lagos vizinhos (Morin et al., 2022). Assim, a exploração dessas minas, geralmente, leva a migrações forçadas da população local pela deterioração das condições ambientais no seu entorno.

Conclusão

O processo de aproximação econômica da China com o Peru é marcado pela tensão com relação à dinâmica com as populações indígenas, cujas terras são alvo de investidores chineses interessados na extração de recursos naturais, principalmente minerais, e por problemas relacionados a questões ambientais. Esses elementos representam uma ameaça e um dilema para a expansão da atuação chinesa no país. Como resposta, é possível perceber o esforço do governo chinês em incentivar as empresas nacionais a atuarem de forma mais consciente em relação a essas questões e se adaptarem às demandas locais para evitar atrito e a construção de uma imagem negativa dos investimentos chineses. O fato de que a humanidade se encaminha para as últimas fronteiras de exploração torna ainda mais urgente que as empresas chinesas consigam superar tais obstáculos para continuar tendo acesso a recursos estratégicos para a continuidade do desenvolvimento econômico nacional.

A continuidade do crescimento econômico chinês e o crescimento da sua demanda por recursos minerais juntamente com a expansão dos seus investimentos não apenas no Peru, mas para outros países da América do Sul e do mundo, tem colocado a prova a capacidade das empresas chinesas em se adaptarem às demandas locais de seus parceiros econômicos. A tendência é que haja cada vez mais atrito entre os interesses de exploração chineses e os interesses e direitos de populações indígenas, principalmente quando relacionados a questões ambientais. A corrida pelo que resta pode ter impactos graves sobre as populações indígenas levando, principalmente, ao seu deslocamento de suas terras ancestrais.

Os problemas causados pelo deslocamento de populações indígenas de suas terras e de outras populações locais por consequência de problemas ambientais cria a perspectiva de problemas sociais graves para os países da América do Sul diante do potencial estratégico da região para exploração de recursos minerais. A tendência é que haja uma pressão cada vez maior para a exploração em territórios de reservas indígenas enquanto esses povos demandam mais direitos sobre a manutenção da posse de suas terras ancestrais. O caso do Peru é emblemático nesse sentido e serve de exemplo para o aprendizado para os demais países sul-americanos.

Referências Bibliográficas

Armony, A. C., & Hearn, A. H. (2017). Latin American Visions of Transpacific Integration. Em Hearn, Adrian H. & M. Myers, *The Changing Currents of Transpacific Integration: China, The TPP, and Beyond* (p. 17–33). Lynne Rienner Publishers.

- Aylwin, J. (2016, fevereiro 28). Indigenous peoples' land and resource rights in Latin America: The impacts of free trade agreements. *Intercontinental Cry*. <https://intercontinentalcry.org/indigenous-peoples-land-resource-rights-latin-america/>
- Barría, C. (2018, janeiro 4). Como o preço do cobre disparou—E o que a China e os carros elétricos têm a ver com isso. *BBC Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42560695>
- Congressional Research Service. (2023). *China's Engagement with Latin America and the Caribbean* [In Focus]. US Congress. <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF10982>
- Flannery, N. P. (2013, setembro 12). How China's relationship with Peru explains its approach to diplomacy. *The Atlantic*. <https://www.theatlantic.com/china/archive/2013/09/how-chinas-relations-with-peru-explain-its-approach-to-diplomacy/279618/>
- Foreign Affairs Committee Republicans. (2022). *China Regional Snapshot: South America*. Foreign Affairs Committee Republicans. <https://foreignaffairs.house.gov/china-regional-snapshot-south-america/>
- Gestión. (2018). China planea invertir US\$ 10,000 millones en Perú. *Gestión*. <https://gestion.pe/economia/china-planea-invertir-us-10-000-millones-peru-234999-noticia/>
- ITC Market Analysis. (2023). *TradeMap*. TradeMap. <https://www.trademap.org/Index.aspx>
- Jennings, R. (2023, maio 20). 5 trade moves China has made in 2023 in Latin America – the traditional backyard of the US. *South China Morning Post*. <https://www.scmp.com/economy/global-economy/article/3221178/5-trade-moves-china-has-made-2023-latin-america-traditional-backyard-us>
- Klare, M. T. (2012). *The Race for What's Left: The Global Scramble for the World's Last Resources*. Metropolitan Books.
- Kotschwar, B., Moran, T., & Muir, J. (2011). Do Chinese Mining Companies Exploit More? *Americas Quarterly, Fall 2011*. <https://www.americasquarterly.org/do-chinese-mining-companies-exploit-more>
- La República. (2017, fevereiro 17). Más del 35% de la inversión minera en Perú es de China. *La República*. <https://larepublica.pe/economia/1017146-mas-del-35-de-la-inversion-minera-en-peru-es-de-china>
- Morin, C., Pittaluga, S., Pritz, C., & Zeledon, Z. (2022). *Exploring China's Footprint in the Andes Mountains: Copper Mining in Peru* (China's Belt and Road Initiative). Tearline - National Geospatial-Intelligence Agency. https://www.tearline.mil/public_page/copper-peru
- Polga-Hecimovich, J. (2022, novembro 22). China's evolving economic footprint in Latin America. *Geopolitical Intelligence Services*. <https://www.gisreportsonline.com/r/chinas-economic-power-grows-in-latin-america/>

- Puig, S. M. (2010). The Emergence of Indigenous Movements in Latin America and Their Impact on the Latin American Political Scene: Interpretive Tools at the Local and Global Levels. *Latin American Perspectives*, 37(6).
- Raza, W., & Grohs, H. (2022). *Trade aspects of China's presence in Latin America and the Caribbean* [Briefing]. European Parliament. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/702572/EXPO_BRI\(2022\)702572_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/702572/EXPO_BRI(2022)702572_EN.pdf)
- Reuters. (2023, janeiro 30). Chinese-owned copper mine in Peru may halt production over unrest. *Reuters*. <https://www.reuters.com/markets/commodities/chinas-mm-g-flags-production-halt-las-bambas-peru-due-protests-2023-01-30/>
- Roy, D. (2023, junho 15). China's Growing Influence in Latin America. *Council of Foreign Relations*. <https://www.cfr.org/backgrounder/china-influence-latin-america-argentina-brazil-venezuela-security-energy-bri>
- Wang, B., & Gao, K. (2018, novembro 6). The three stages of China's ODI development. *East Asia Forum*. http://www.eastasiaforum.org/2018/11/06/the-three-stages-of-chinas-odi-development/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsletter2018-11-11